



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 10580.009624/2002-32  
**Recurso nº** 132.483 Voluntário  
**Matéria** CPMF  
**Acórdão nº** 203-13.650  
**Sessão de** 02 de dezembro de 2008  
**Recorrente** LIP LUMINOSOS E INFORMAÇÕES PÚBLICAS LTDA.  
**Recorrida** DRJ-SALVADOR/BA

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE  
MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE  
CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA - CPMF**

Período de apuração: 31/05/2000 a 05/09/2001

CPMF. NULIDADE.

Não há que se falar em nulidade quando os dados foram fornecidos por instituições financeiras, das quais a contribuinte era correntista, portanto, de seu pleno conhecimento.

AÇÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADA.

Devida é a contribuição por força de decisão judicial transitada em julgada em sentido contrário ao judicialmente reclamado pelo contribuinte.

MULTA E JUROS.

Devida a multa e juros sobre o valor principal autuado, quando à época da lavratura não havia medida judicial tutelar, liminar ou cautelar a amparar suposto direito da contribuinte.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12.03.09

Marilde Cursino de Oliveira  
Mat. Siope 91650

DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Eric Moraes de Castro e Silva, Odassi Guerzoni Filho, Andréia Dantas Lacerda Moneta (Suplente), José Adão Vitorino de Moraes e Fernando Marques Cleto Duarte.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12 / 08 / 09

*elt*  
Marilda Cursino de Oliveira  
Mat. Siape 91650

## Relatório

A interessada impetrou mandado de segurança objetivando não recolher a CPMF. Liminar a ela foi deferida, sendo que a mesma vigeu entre julho de 1999 a abril de 2002, tendo sido posteriormente cassada pelo tribunal de segunda instância jurisdicional.

Contra a interessada, portanto, transitou em julgado decisão judicial declarando a constitucionalidade da CPMF.

Em setembro de 2002, período em que a contribuinte já estava descoberta de qualquer provimento judicial, lavrou-se contra a mesma Auto de Infração reclamando o recolhimento da CPMF com os devidos acréscimos legais e para os fatos geradores maio de 2000 a setembro de 2001.

O lançamento foi julgado procedente pela DRJ/SDR, sendo que a interessada contra acórdão da mencionada Delegacia e como razões de recurso, repisa seus argumentos de impugnação.

É o relatório.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília,	<u>12 / 03 / 09</u>
<i>ef</i> Manoel Cursino de Oliveira Mat. Slape 91850	

*Cuf*

## Voto

Conselheiro DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA, Relator

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, daí dele conhecer.

Como relatado, a recorrente detinha em seu favor provimento jurisdicional precário autorizando-a ao não recolhimento da CPMF. Tal provimento, entretanto, veio a ser cassado, sendo que contra a mesma transitou em julgamento provimento jurisdicional entendendo ser constitucional a exigência da contribuição em comento.

Daí, então, formalizada a exigência do recolhimento da CPMF, cujo levantamento dos valores se deu por informações prestadas por instituições financeiras das quais era a recorrente correntista, o que, em primeiro plano, afasta a argüição de nulidade do lançamento. Não procede, portanto, o argumento do desconhecimento sobre quais valores se está exigindo a CPMF.

E a exigência em comento é legítima, pois que à época da lavratura do Auto de Infração a recorrente não mais detinha provimento judicial que a livrasse do recolhimento da CPMF, argumento esse também suficiente por si para a manutenção da multa e juros reclamados com o lançamento e da recorrente.

Forte nestes argumentos, voto por negar provimento ao recurso voluntário interposto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2008

DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 12 / 03 / 09
<i>[Signature]</i>
Marilda Cursino de Oliveira
Mat. Slape 91650